

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Senhor Fernando Mineiro)

Requer informações ao Ministério do Meio Ambiente e do Clima sobre a integração das agendas do clima e desertificação durante a COP 30, que será realizada em novembro, na cidade de Belém (PA), bem como sobre o espaço de participação da sociedade civil nesse debate.

Senhora Presidenta,

Requeiro a V. Ex^a. com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente e do Clima, no sentido de esclarecer a esta casa quanto:

- a) A inclusão do tema da desertificação na agenda da COP 30 do Clima;
- b) As propostas que o governo brasileiro pretende oferecer à COP 30 no que se refere ao enfrentamento da crise climática nas zonas em processo de desertificação;
- c) As políticas públicas, programas e projetos que promovem tanto a conservação e a recuperação do ambiente, quanto o uso sustentável da Caatinga;
- d) Ao espaço de participação da sociedade civil nos debates sobre clima e desertificação na COP 30;
- e) Ao estágio de elaboração e aprovação do novo Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil 2024-2043);
- f) As resoluções e prioridades definidas pela Comissão Interministerial de Combate à Desertificação, notadamente ao que se refere sua atribuição de acompanhar propostas orçamentárias, monitorar a destinação e a aplicação de recursos para o combate à desertificação.



JUSTIFICATIVA

A integração e sinergia das agendas das Conferências das Nações Unidas sobre Clima, Biodiversidade e Desertificação sempre foi uma necessidade apontada pela comunidade científica e também pelos governos responsáveis pela implementação dos acordos e compromissos.

O Brasil, como sede da COP 30 do Clima, pode dar uma contribuição decisiva para essa finalidade, notadamente pelo fato do país ter acúmulo e resultados concretos de integração das agendas das conferências. Um exemplo pode ser encontrado na elaboração do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil), cuja construção seguiu uma abordagem sistêmica e integrada das causas e efeitos da desertificação no país.

Como amplamente estudado e divulgado, a mudança do clima está afetando e acelerando o processo de desertificação em várias regiões do planeta. No Brasil, as projeções indicam que as áreas sujeitas à desertificação já estão mais quentes, secas e expandidas. Em 1999 a região semiárida contava com um total de 1031 municípios. Na mais recente redefinição do mapa, feita em 2021, passou para 1427 municípios. Em termos de área territorial, houve um aumento de 48% da área semiárida no Brasil, no período 1999-2021. Esse crescimento é um indicativo da tendência de expansão da região semiárida brasileira.

A situação é mais crítica na Caatinga, bioma que concentra cerca de 62% das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil. De acordo com dados do MMA, a Caatinga é considerada a área semiárida mais rica em biodiversidade do mundo. Dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) indicam que há uma grande riqueza de espécies no bioma, com 932 variedades de plantas, 178 de mamíferos e 590 de aves.

Tudo isso está ameaçado. Em recente artigo publicado na Science, os autores lembram que o aumento da temperatura fora de controle terá "impactos catastróficos" no país, entre eles:



A região semiárida no Nordeste, que é densamente populada, se transformaria num deserto, e as populações que habitam a costa litorânea seriam expostas a um aumento das tempestades e do nível do mar¹.

Estudo com modelagem ambiental publicado no ano passado por um grupo de cientistas brasileiros na revista *Journal of Ecology* — que reuniu mais de 400 mil ocorrências de 3 mil espécies de plantas da Caatinga em uma grande base de dados — demonstrou que a se confirmar a manutenção das atuais alterações climáticas, em 2060 poderá ocorrer a perda de espécies em 99% da Caatinga, com extinção de pelo menos 50 espécies em todo o bioma e redução de variabilidade em pelo menos 40% da área.

Em termos globais, o Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC, de 2023, traz uma descrição mais abrangente sobre os impactos do aquecimento global para a biodiversidade, como a projeção de que um aumento de temperatura de 2°C até 2100 colocaria até 18% de todas as espécies em terra sob alto risco de extinção; ponderando que são necessárias medidas de adaptação para evitar o declínio substancial da biodiversidade como, por exemplo, a expansão de áreas totalmente protegidas e práticas de restauração e uso sustentável da terra; e que nos ecossistemas oceânicos e costeiros, o risco de perda de biodiversidade varia entre moderado (com 1,5°C de aquecimento global) e muito alto (com 2°C)².

Toda essa realidade afeta diretamente o Brasil, especialmente as regiões com prevalência de terras secas que, segundo a UNCCD (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação), abarcam as áreas áridas, subúmidas secas e as áreas semiáridas. Cerca de 25% do território nacional já se encontra na situação de terras secas com diferentes níveis de degradação e acelerado processo de desertificação.

Essa é a realidade e o debate que o Brasil e o mundo precisam fazer e a COP 30 sobre Clima é a melhor oportunidade para darmos um salto qualitativo e quantitativo no enfrentamento das múltiplas crises sobrepostas.

O parlamento quer dar a sua contribuição para essa jornada, razão pela qual as informações solicitadas nos serão de grande importância, sobretudo para partirmos de um nivelamento de como o Governo Federal está abordando o tema e as questões aqui levantadas.

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2x13zv0ejo>

² <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>



Sala das comissões, em de de 2025.

FERNANDO MINEIRO
DEPUTADO FEDERAL
PT/RN

Apresentação: 22/04/2025 20:07:13.550 - CMADS

REQ n.31/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259865441900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernando Mineiro

